

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias -n.43

28 de agosto de 2000

"Participación Sindical y Diálogo Social en los Procesos de Integración"

Encontro Trabalhadores Mercosul e Comunidade Andina de Nações

Dias 30 e 31, com o apoio da OIT e da Agencia de Cooperación Española, se realizará o 2º. Encontro Sindical do Mercosul e Comunidade Andina de Nações –CAN. O encontro que foi organizada pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul- CCSCS, Consejo de Trabajadores del Cono Sur –CTCS e o Consejo Consultivo Laboral Andino - reunirá cerca de 20 centrais sindicais dos dois blocos que representam mais de 90% dos trabalhadores do continente e dois blocos comerciais do sul do continente. Também assistirão ao encontro dirigentes de Comisiones Obreras-CCOO e da Unión general de Trabajadores – UGT , as duas maiores centrais sindicais espenholas que já têm desenvolvido várias atividades com os sindicatos do mercosul e da CAN.

O principal objetivo da reunião será analisar as negociações comerciais entre o Mercosul e a CAN e traçar um plano de ação conjunto, bem como uma atuação coordenada no âmbito da ALCA e demais fóruns econômicos e sociais internacionais.

O Encontro deverá aprovar uma Declaração dirigida aos presidentes da América do Sul que reunirão nos dias 31 de agosto e 1 de setembro em Brasília em encontro promovido pelo governo brasileiro.



COORDINADORA DE
CENTRALES SINDICALES
DEL CONO SUR



CONSEJO CONSULTIVO LABORAL ANDINO

C. T. C. S.

Consejo de Trabajadores del Cono Sur

*é só clicar ** **Índice**

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

*É parte do projeto Mercosul entre a
CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.*

Ma. Silvia Portella de Castro-
coordenadora.

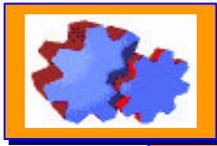
Daniel Campos - Argentina

Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci- Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

) cesint@uol.com.br



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

CUT reforça mobilização contra a Dívida Externa

Terminado o processo congressual a CUT lança um manifesto convocando suas filiadas a articular-se com o conjunto do movimento social, para garantir o pleno êxito das duas importantes jornadas que se realizarão no início do mês de setembro. O PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA (de 02 a 07 de setembro) e o GRITO DOS EXCLUÍDOS (no dia 07 de setembro).

No Manifesto a CUT propões que "Sindicatos, escolas, igrejas e sedes dos movimentos populares devem se tornar unidades de votação para obtermos a maior participação possível. "

E defende a iniciativa afirmando que o plebiscito da dívida externa permitirá:

"- Levar o debate à opinião pública e às bases dos movimentos sociais, permitindo informações e esclarecimentos a respeito da relação existente entre as dívidas externa e interna e o aprofundamento das dívidas sociais;

- Recolocar esse tema na pauta das mobilizações populares, buscando questionar o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil e denunciando a perda de soberania do país em função do acordo firmado com o FMI;

Exigir uma Auditoria Pública da dívida externa e interna;"

O manifesto termina com um chamamento para grandes manifestações no dia 07 de setembro, denunciando o caráter excludente da política econômica do governo FHC. Propõe que essa data nacional seja "um dia de luta contra a corrupção, a discriminação, o desemprego, as privatizações, ou seja, é um dia de luta em defesa da cidadania." (*Agencia CUT, 25.08.00*)

Movilización del PIT-CNT

Más de 30 ómnibus con delegaciones de 14 departamentos del interior del país llegaron a Montevideo para participar en la **Marcha "POR UN PRESUPUESTO JUSTO AL SERVICIO DE UN PAÍS PRODUCTIVO Y SOLIDARIO, CON EMPLEO Y SIN PRIVATIZACIONES"** que realizan organizaciones sindicales y sociales del país.

En el acto central de la movilización se dio a conocer un documento en el cual se realiza un diagnóstico de la situación, y se mencionan propuestas a discutir para salir de la actual crisis.

A las 16 horas se realizó una concentración Plaza Mártires de Chicago, desde donde partió una caravana. La movilización fue convocada por el PIT-CNT, la Federación Unificadora de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (Fucvam), Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay (Onajpu), Intersocial de Montevideo, Intersocial de Canelones.

Según lo manifestado por la dirección de la central esta medida "constituye un jalón en el Plan de Acción del movimiento sindical". Recuerda, además, que esta medida es convocada por un conjunto amplio de sindicatos, organizaciones sociales y productivas. (*La República 23/8/00*)

Disidentes de la CUT Paraguay se reúnen en congreso

El día viernes 25 unos cincuenta sindicatos de todo el país se reunirán para analizar la situación de crisis que soporta la Central Unitaria de Trabajadores de Paraguay y proponer medidas alternativas para recuperar el rol combativo de la central. Acusan a la directiva actual de no funcionamientos de los órganos colectivos y de que varios de sus dirigentes están

procesados por el vaciamiento del Banco Nacional de Trabajadores. (*Ultima Hora y ABC 23/agosto*).

Participação na produtividade vai a discussão

A Força Sindical decidiu preparar uma campanha salarial unificada. Quinze categorias profissionais ligadas à entidade querem realizar uma campanha salarial conjunta neste ano

O segundo semestre promete. Setembro é o mês de data-base dos bancários, petroleiros e químicos, as principais categorias de trabalhadores do país - ao lado dos metalúrgicos. Todos já têm pronta a pauta de reivindicações que entregarão aos empresários do setor.

Há um ponto em comum nas pautas das categorias: a exigência pela participação nos ganhos de produtividade que as companhias conseguiram no ano.

Não é uma exigência nova, mas ganhou força nos últimos meses, depois que os sindicatos começaram a levantar os ganhos de rentabilidade que bancos e a indústria pesada obtiveram em 2000.

"A base está mais raivosa. Os ânimos podem se alterar se vierem com aquela história de que a situação está difícil no setor", diz Antonio Carlos Spis, diretor da confederação que representa os petroleiros, filiada à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Nessa semana acontecerá a primeira rodada de negociações entre bancários e as instituições financeiras. Eles reivindicam 6,13% de reposição das perdas salariais por causa da inflação, além de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e auxílio-educação.

Os petroleiros também já protocolaram uma carta de reivindicações. Pedem reajuste salarial de 6%, além de 13,85% de aumento real de salário, por conta dos ganhos de produtividade das companhias. O destaque nas reuniões entre trabalhadores e a Petrobras será a questão da segurança. Segundo a CUT, desde 1992, morreram dois petroleiros por mês nas refinarias da empresa. (*Folha de São Paulo, 23.08.00*)

Reajustes de salários superam a inflação

Está mais fácil conseguir aumentos salariais. Isso não quer dizer que os empresários resolveram atender a todas as reivindicações dos sindicatos, sem pestanejar. Mas pelo menos em relação aos salários houve avanços neste ano.

No primeiro semestre, 75 das 135 categorias de trabalhadores que tiveram algum reajuste conseguiram aumentos acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, que ficou em 1,13% no semestre. Ou seja, mais da metade (55%) dos grupos, segundo levantamento divulgado ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

Classes com boa mobilização -como a dos professores, construção civil e condutores de veículos- com data-base de janeiro a junho, se beneficiaram dessa melhoria nas negociações em 2000.

Dados do Dieese mostram ainda que os trabalhadores da região Sudeste do país foram os mais beneficiados pela mudança nas negociações. Mais de 62% das categorias localizadas na região conseguiram aumentos acima do INPC. No Nordeste, a taxa ficou em 47%. No Sul do Brasil, a situação não é muito diferente, já que apenas 48% das categorias saíram da mesa de negociação com reajustes acima da inflação.

Para sindicalistas ouvidos pela Folha, há uma série de questões ainda sem acordo entre empresários e trabalhadores. A questão da produtividade é uma delas. (*Folha de São Paulo, 23.08.00*)

Violencia policial contra trabajadores

Con golpes de cachiporras, patadas y empujones, los cascos azules policiales reprimieron el pasado lunes 21 de agosto a un grupo de 30 trabajadores de la empresa Transportadora de Valores y Vigilancia SA.

Los mismos están apostados desde hace días frente al local de la empresa, en las afueras de Asunción en estado de huelga por la reducción de salarios y el despido de tres dirigentes sindicales y también reclaman el pago de dos meses de sueldos atrasados. (*La Nación*, 22/agosto).

La CGT se reunirá con el Presidente de la Rúa

En los próximos días la CGT concretará una audiencia con el Presidente De la Rúa, para lo cual comenzó a elaborar una agenda.

La intención de los gremios es analizar su participación en el control de las recaudaciones de las contribuciones patronales, como una forma de lograr una mejora en la captación de recursos destinados al pago de las jubilaciones.

Otro objetivo que se plantea es dar de baja directa o indirectamente el plan de desregulación de las Obras Sociales previsto para el primero de enero del año próximo.

Finalmente, piensan agendar la discusión sobre la metodología a utilizar en la próxima apertura de las negociaciones colectivas de trabajo. (*Ámbito Financiero*, 24-08).

Destacan unidad de sector sindical

La Unión de Trabajadores del Transporte, USTT, liderada por Percio Duarte festejó en estos días la consolidación y ampliación del gremio que en principio aglutinaba solamente a chóferes del transporte de pasajeros. En la actualidad agrupa a gremios de portuarios, marítimos, aeronáuticos y del ferrocarril, aglutinando a todos los sectores del transporte en una federación nacional. (*ABC y Ultima Hora* 23/agosto).

Desmonopolizan seguros de accidentes laborales

El presidente uruguayo anunció la desmonopolización de los seguros de accidentes de trabajo, una antigua reivindicación de varios sectores empresariales y de las aseguradoras privadas. Sin embargo, no adelantó qué criterios se seguirán en esta desmonopolización, cuyo mayor impacto se registra en sectores como la construcción y los trabajadores rurales.

El objetivo es incentivar la formación de estos fondos ya que al estar hasta ahora exonerados de impuestos se enfrentan a las trabas de los organismos fiscalizadores, señalaron las fuentes. Además, se busca prevenir que este instrumento sea utilizado como un vehículo de evasión. Otra idea apunta a la exoneración del pago del Impuesto a la Renta para los dividendos y utilidades surgidos de la venta de acciones en los mercados bursátiles, agregaron las fuentes. (*El Observador* 24/8/00)

Para el sindicato, el déficit que hoy soporta la cartera de accidentes de trabajo se debe a que la misma se maneja con criterios políticos y subsidia sectores en crisis, como el rural y la construcción. Recordó que el criterio de la desmonopolización es establecer un seguro privado a cargo del trabajador y no como ocurre actualmente, que lo debe pagar el empleador. Según manifestaron un cambio en la materia traerá aparejado que muchos trabajadores no se aseguren o que contraten una póliza de bajo costo, que no les cubrirá todo tipo de accidentes.

El beneficio cubre a un millón de trabajadores y paga rentas permanentes a 30.000 accidentados. (*La República* 24/8/00)

Continúa creciendo el desempleo

Desde el Instituto Nacional de Estadística se señala que el desempleo alcanzó el 14,3%. En el caso de las mujeres la tasa pasa de 15,5% a 17,7%. Pero quienes más han sentido la falta de trabajo son los jóvenes menores de 25 años (dentro de la PEA), cuya tasa de desempleo pasó en un año de 26% a 34,6%. Esto muestra una importante baja en las oportunidades laborales para este sector de la población, que también se ve afectado en el interior aunque con tasas menores (de 29,5% en desempleo y de 36,7% en empleo).

La tasa de desempleo ha crecido en todos los sectores de la actividad, aunque en algunos con mayor incidencia que en otros, el desempleo en la construcción subió 5%; en el comercio 2%

en Montevideo e Interior; para el sector transporte y Comunicaciones el guarismo de incremento es de 2,5%, en banca, finanzas y servicios a empresas se incrementó 4%.

Las perspectivas en este panorama son poco alentadoras, ya que se anuncia que en el próximo informe de trimestre móvil "mayo-julio" se esté dando un aumento en los diferentes guarismos de desempleo. (*La República* 23/8/00)

Observatório Social divulga relatório sobre condições de trabalho no Wal-Mart

O Observatório Social, uma iniciativa da CUT Brasil, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e Rede Inter-Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), é uma organização com o objetivo de analisar, observar e difundir a aplicação de normas/convenções sociais e ambientais e trabalhistas por parte das empresas, organizações e governos em âmbito nacional e internacional.

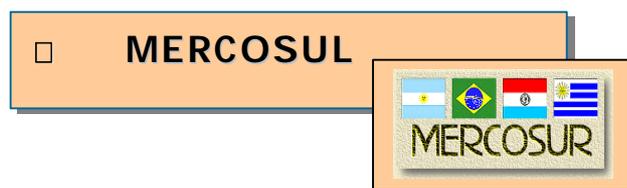
O último estudo realizado e agora divulgado é sobre as condições de trabalho na Wal-Mart, que demonstra que a maior varejista do planeta desrespeita no Brasil algumas das convenções estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi verificada a postura da empresa quanto ao cumprimento das principais convenções da OIT que tratam da: discriminação racial e de gênero; liberdade sindical; negociação coletiva; meio ambiente; saúde e segurança ocupacional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada através de entrevistas com trabalhadores e sindicalistas. A empresa não forneceu nenhum tipo de informação, mas respondeu ao Observatório Social depois que recebeu os resultados.

O Observatório Social pesquisou três unidades da empresa localizadas em São Paulo, Osasco e Bauru. Os sindicatos de comerciários de cada uma das cidades, filiados respectivamente à Força Sindical, CUT e USI, participaram do estudo que teve o apoio da principal central sindical americana, a AFL-CIO.

Estão em andamento pesquisas na Parmalat, Light, Embratel, Bompreço, Banco Santander, Arisco/Unilever. A Light já demonstrou interesse em participar da pesquisa. (*Agência CUT, 24.08.00*)

Obs. Dispomos do referido relatório em versão gráfica - aqueles que quiserem uma cópia podem nos solicitar

[regressar](#)



Será criada Comissão Sindicatos Transportes Aéreos do Mercosul

Visando integrar a atuação dos sindicatos de pessoal de aviação (aeroviários e aeronautas) do Mercosul haverá em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro uma conferência internacional organizada pela Federação Nacional dos Aeronautas e Aeroviários (FNAA) e pelos Sindicato Nacional dos Aeronautas e Sindicato Nacional dos Aeroportuários e apoio da CUT, Força Sindical e International Transport Worker's Federation (ITF). O encontro faz parte do convenio de cooperação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e o Centro de Solidariedade da AFL-CIO visando a criação de coordenações setoriais e o desenvolvimento de políticas sindicais voltas para as principais áreas de atividade econômica da região.

Além de temas relativos ao setor no Mercosul, cada vez mais internacionalizado, outro tema de destaque será a estratégia expansionista das principais companhias de aviação da Europa dos Estados Unidos seria fundamental a abertura dos céus latino-americanos. Por isso, além das

Leia notícias diárias no www.sindicatomercosul.com.br

organizações sindicais do cone Sul, participarão também sindicalistas da aviação civil da América Latina visando uma atuação conjunta para que se estabeleça um contraponto à política de céus abertos em defesa da preservação das empresas nacionais de aviação e dos empregos.

Participarão como palestrantes da conferencia os companheiros Shane Enright, da seção de aviação civil da ITF; Cláudio Toledo, consultor da FNAA e Alicia de Castro deputada federal argentina e secretaria geral da Associação de Comissários de Vão da Argentina. (*SNA Informa 75/2000, de 22.08.00*)

Seminário lançou o Observatorio Mercado de Trabalho do Mercosul

No dia 25 de agosto o Ministério do Emprego e Trabalho realizou, no Rio de Janeiro, um seminário com a presença de vários centros de pesquisa universitários e outros vinculados às entidades empresariais, sindicais e aos órgãos do governo, para fazer o lançamento no Brasil do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul, um projeto apresentado pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul em 1996 e aprovado em 1998. O principal objetivo do seminário era divulgar a existência do organismo e promover a criação de uma rede de pesquisa e intercâmbio entre o mesmo e os diversos centros de pesquisa do país.

O Observatório do Mercado de Trabalho é um organismo técnico, que tem como finalidade acompanhar e sistematizar as estatísticas referentes ao perfil e movimentação do emprego, desemprego, qualidade da ocupação, migrações, etc, ao nível macro e setorial e na estrutura institucional do Mercosul está inserido no âmbito do Subgrupo de Emprego, Relações Trabalhistas e Seguridade Social – SGT 10, sob a coordenação dos 4 Ministérios do Trabalho. Sua estrutura de funcionamento se compõe de um Conselho Gestor Tripartite e uma Secretária Técnica e Administrativa, cuja coordenação esteve sediada na Argentina entre 1997 e 1999 e a partir de dezembro do ano passado passou ao Brasil. Na gestão Argentina foi criada uma home page (www.observatorio.net) que já disponibiliza na Internet uma série de dados estatísticos e documentos sobre as políticas de emprego e relações trabalhistas do Mercosul.

A sessão de abertura contou com a participação do Ministro Dornelles, titular da pasta do Trabalho, do Embaixador J. Botafogo Gonçalves, Representante do Brasil no Mercosul e dos vices presidentes da CUT, Mônica Valente e da CNI, João Donato, as duas entidades que representam trabalhadores e empresários no Conselho Gestor do Observatório. (*Correio Sindical Mercosul, 25/08/2000*)

La guerra de la aftosa

Las acusaciones gratuitas de la Argentina hacia Paraguay y su ganadería por el problema de la aftosa arrojará terribles pérdidas económicas a los productores locales, afirmo Juan Nestor Nuñez, presidente de la Asociación Rural del Paraguay. Esto puede significar unos 5 millones de dólares mensuales, entre animales en pie y carne con hueso que deberían ser exportados al extranjero. Tan solo el cierre de la frontera con Brasil significa la pérdida de 3 millones de dólares mensuales, señalo, urgiendo a que Mercosur haga un tratamiento del problema planteado entre los países miembros. (*Noticias y Ultima Hora 22/agosto*).

Cierran las fronteras con Brasil por riesgo de aftosa

El gobierno uruguayo suspendió la entrada de productos de origen animal y vegetal procedentes de Brasil al detectarse un foco de aftosa que afectó a 28 vacunos en el estado de Río Grande del Sur, a 500 kilómetros de la frontera. El presidente uruguayo anunció ayer que los ministros del Interior, y de Defensa, se reunirán este fin de semana para coordinar las medidas preventivas y colaborar con el de Ganadería. El presidente llamó también a toda la sociedad a colaborar en el mantenimiento del status sanitario de Uruguay, al que calificó como un "tesoro".

Por su parte, el director de los Servicios Ganaderos del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca que en las próximas horas el ingreso de productos alimenticios que no impliquen riesgo sanitario se concentrará por los pasos de frontera de Rivera, Río Branco y Chuy.

Destacó que se intensificaron los controles fronterizos de los técnicos de barreras sanitarias y también la vigilancia con personal del ministerio de Defensa Nacional. Hasta el momento, aseguró el técnico, la complicada coyuntura sanitaria regional no ha afectado las exportaciones uruguayas y esta corriente comercial transcurre en forma normal.

Por su lado, las autoridades brasileñas investigan si éste es el único caso, luego de conocerse que 28 vacunos de una zona de minifundios con escasa operativa ganadera registraron la enfermedad, que desde 1993 no se denunciaba en Río Grande del Sur. (*La República* 24/8/00)

Brasileños insisten con el tema del arroz: nuevo recurso

La Asociación de Arroceros de Itaquí (Rio Grande do Sul) apeló ayer la decisión del Tribunal Supremo de Justicia (TSJ) de autorizar las importaciones de arroz de Argentina y Uruguay.

El pasado 25 de julio, el presidente interino del TSJ, Nilson Neves, autorizó las importaciones de arroz procedente de Argentina y Uruguay, ratificando una decisión del presidente titular Paulo Costa Leite, que el 8 de junio había desestimado un recurso de la justicia local. Costa Leite afirmó entonces que los daños producidos por la interrupción de las importaciones acarrearían consecuencias más graves que las que pretendía evitar la demanda e interfería en la credibilidad de la política exterior brasileña.

Los arroceros alegan que las importaciones están causando daños importantes al sector, ya que los productores argentinos y uruguayos venden sus productos a un precio inferior al de costo.

Además de quejarse de que las importaciones son superiores a las necesidades internas, los productores brasileños aseguran que la calidad del arroz importado no es la óptima.

En caso de que el TSJ desestime de nuevo el recurso, la asociación pide que se juzgue su causa en una Corte especial, integrada por 21 jueces para que examine este caso. (*El Observador* 22/8/00)

[regresar](#)

EMPRESAS E SETORES



Superávit nas autopeças cairá pela metade

O setor de autopeças, que esperava obter um superávit de US\$ 400 milhões na balança comercial deste ano, reuiu para baixo a previsão. A expectativa agora é de que o resultado alcance a metade desse valor, ficando próximo a US\$ 200 milhões. Mesmo com o crescimento das exportações, que deve chegar a 16%, a balança terá resultado inferior ao previsto por causa do aumento das importações de componentes para os novos veículos que estão sendo produzidos no País.

O presidente do Sindicato Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Sindipeças), Paulo Butori, diz que os carros lançados nos últimos três anos têm mais conteúdo importado que nacional. Um modelo que custe R\$ 8.250,00, sem contar os impostos, tem o equivalente a R\$ 4.852,00 em componentes fabricados em outros países, o que representa 58% do valor. Há cinco anos, a participação equivaleria a R\$ 2.358,00, ou 28% do preço do automóvel.

As montadoras informam que o índice médio de nacionalização dos novos modelos é de 60%, mas incluem nesse percentual itens como participação da mão-de-obra local na produção e até gastos com propaganda, conforme prevê o acordo automotivo brasileiro.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), José Carlos Pinheiro Neto, confirma que, quanto mais lançamentos há no setor, maior é o volume

de importação de componentes. Segundo ele, as montadoras estão trabalhando para reduzir essa participação, principalmente após a desvalorização do real, que encareceu os preços dos produtos de fora.

Pinheiro Neto lembra, porém, que hoje o carro brasileiro incorpora muito mais tecnologias modernas do que há cinco anos. Além disso, ressalta ele, há produtos que sequer são fabricados no País, como câmbio automático, um opcional que vem ganhando a preferência de muitos consumidores brasileiros.

Nos últimos três anos, o setor de autopeças registrou déficits consecutivos na balança. O déficit chegou a US\$ 352 milhões em 97 e depois caiu para US\$ 144 milhões em 98 e US\$ 84 milhões no ano passado. Apesar de menor, o superávit esperado para 2000 já é um sinal de recuperação, avalia Butori. Já as exportações do setor devem somar US\$ 4,12 bilhões ante US\$ 3,557 bilhões no ano anterior.

Em 1999 as montadoras exportaram cerca de US\$ 3,6 bilhões e importaram US\$ US\$ 4,1 bilhões, ficando assim com um déficit de US\$ 500 milhões. A Anfavea não divulga a previsão da balança para este ano, apenas informa que as associadas pretendem exportar US\$ 4,5 bilhões.

Para o economista Carlos Eduardo Silveira, do Instituto de Estudos Tecnológicos (IPT), muitas empresas recorrem às importações por causa da melhor qualidade de alguns produtos e do preço, tendência que deve ser mantida mesmo com a desvalorização cambial. (*O Estado de São Paulo*, 22/08/2000)

AEB quer atrair os sindicatos para discutir aumento de vendas externas

A nova diretoria da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), eleita na semana passada, quer estimular a participação dos sindicatos em um plano de ação coordenado do setor privado que tem por objetivo o aumento das exportações. O mote da AEB para atrair os sindicatos para essa proposta, surgida no meio empresarial, é o da exportação como ferramenta de geração de emprego.

A proposta que começa a ser desenhada pretende ser uma contribuição do setor privado à melhoria do comércio exterior brasileiro, segundo o presidente da AEB, Benedicto Fonseca Moreira, cujo plano é fazer uma reavaliação da política de comércio exterior do Brasil, identificando problemas e propondo soluções, em um trabalho que deverá envolver os integrantes do setor produtivo, como entidades de classe, empresas e trabalhadores.

Para implementar a proposta, a diretoria da AEB está criando dez comitês que tratam temas específicos, como legislação, financiamento, sistema tributário, logística, serviços e defesa comercial, entre outros. A meta da AEB é concluir boa parte das propostas dos comitês técnicos a tempo de apresentá-las no Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), nos dias 16 e 17 de novembro, no Rio. Moreira conta com que o governo use o estudo como uma ferramenta para que o comércio exterior volte a ser um dos instrumentos de crescimento da economia brasileira. (*Valor Econômico*, 22.08.00)

Las multinaciones no quieren ser socias del Gobierno

La venta total de ANTELCO, el monopolio estatal de telefonía básica será más atractiva para los grandes operadores antes que la capitalización señale el director de Alcatel Paraguay. Añadió que a las grandes multinacionales no les interesa asociarse con ningún gobierno sino controlar sus empresas. Añadió que la Secretaria de la Reforma va por buen camino ya que se esta poniendo en manos de grandes compañías que ya tienen mucha experiencia y saben de todos los errores cometidos en materia de privatización en América Latina, como el caso Entel en Argentina. (*ABC* 23/agosto).

Confusión por el acuerdo automotor

Las negociaciones entre la Argentina y Brasil para definir el acuerdo automotor se ponen cada vez más tensas, por ello se reunirán, en Buenos Aires, la secretaria de Industria, Comercio Exterior y Minería, Débora Giorgi, y el secretario de Política Industrial de Brasil, Reginaldo

Arcury. Buscarán limar las diferencias sobre la medición del contenido nacional que la Argentina exigirá a las terminales instaladas en el país.

Pero para calentar el ambiente, los fabricantes brasileños de ómnibus, chasis y máquinas agrícolas de Brasil pidieron formalmente ser excluidos del acuerdo bilateral.

En el anterior régimen, esos sectores no tenían limitaciones para exportar a la Argentina. En cambio, ahora fueron incluidos dentro del universo de productos con comercio administrado, lo que limitaría su capacidad de venta. El pedido fue avalado por Lytha Spindola, secretaria de Comercio Exterior de Brasil. "Ese pedido no tiene sentido. Para que ese sector quede fuera de las reglas del convenio, los dos países deberíamos estar de acuerdo; y la Argentina no está de acuerdo", dijeron en el Ministerio de Economía.

Esta imposibilidad técnica de autoexcluirse del acuerdo muestra que el sector privado brasileño busca poner ruido en las negociaciones bilaterales. El principal punto de conflicto es la medición del contenido local de autopartes en los autos hechos en la Argentina, que según el gobierno de Brasil supera el 30% que se había acordado. (La Nación, 23-08).

El sector siderúrgico ante el acuerdo automotor

La siderurgia tomó partido rápidamente en la disputa automotriz que parece enfrentar una vez más a la Argentina con Brasil. El Centro de Industriales Siderúrgicos (CIS) publicará una solicitada expresando "su apoyo a los términos alcanzados en el cierre de la negociación del nuevo Régimen Automotor Común para el Mercosur, y en particular considera muy importante el requisito de cumplir con un contenido mínimo de partes fabricadas en el país, en los vehículos que se ensamblen en la Argentina". Como proveedora directa de las terminales o de las autopartistas, para la siderurgia "el decreto 660 ha dado una señal clara favoreciendo la integración de la cadena de valor en la industria autopartista argentina, que había sido castigada por el régimen anterior aumentando la protección efectiva de la etapa de ensamblado. Desde 1998 tanto el CIS como los productores siderúrgicos de la Argentina y Brasil reunidos en el Mercofer han manifestado la necesidad de avanzar en la integración de partes fabricadas en la región a los vehículos ensamblados en el Mercosur". La solicitada del CIS puntualiza que "la exigencia de un contenido mínimo de partes producidas en la República Argentina (30% en el caso de automóviles) resulta esencial frente a las ventajas que el régimen otorga a la etapa de ensamblado (aranceles de importación del 35 por ciento protegen a los automóviles terminados versus el 7 por ciento para las partes) y a la necesidad de facilitar la participación de productores nacionales en el suministro de partes, revirtiendo la tendencia observada en los últimos años." "Cuesta entender entonces la reacción que los medios de prensa atribuyen a autoridades brasileñas, cuestionando la decisión del Gobierno nacional sobre la materia. En especial porque, según apunta el CIS:

El decreto 660 es consistente con el acuerdo marco firmado entre ambos gobiernos el 30 de junio.

Los porcentajes de contenido local pretendidos resultan muy inferiores a los que ya existen en la industria del vecino país (era superior al 38% en 1998 y ha crecido sustancialmente en los dos últimos años).

La forma de medición es lo suficientemente favorable a la incorporación de materias primas importadas como para permitir que las piezas estampadas en Argentina con chapa brasileña sean consideradas como partes 100% nacionales. "Modificar lo acordado significa poner en peligro el empleo de más de 50.000 personas que emplea el sector autopartista y resignar la creación de nuevos puestos de trabajo", concluye el texto siderúrgico. (Clarín, 20-08).

CNI teme que Alca engula o atrasado Mercosul

Se o Mercosul não se apressar para completar a agenda de integração, corre o risco de ser engolido pela Alca. O alerta foi feito hoje pela economista Sandra Polónia Rios, coordenadora do Departamento de Integração Comercial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), durante exposição na Câmara Brasil Alemanha de Comércio. Sandra explica que, segundo o que já foi negociado entre os países, acordos regionais, como o Mercosul e o Nafta, só poderão prevalecer sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) quando forem mais profundos do que os acordos para a área de livre comércio. Por isso mesmo, destaca, se o Mercosul não

chegar a acordo sobre algum tema, a Alca prevalecerá. Isso é o que foi acertado entre os dois países que assinaram o acordo para criação da Alca, em 1994. O Mercosul, segundo a economista da CNI, está atrasado. "Se o bloco não avançar nos acordos internos, só serão mantidos a união aduaneira e os acordos além da Alca", afirma. A se julgar pelo quadro atual do Mercosul, os acordos de serviços, investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais e antidumping ainda são superficiais e podem ser tragados pela Alca.

Na avaliação de Sandra, no momento em que os congressistas norte-americanos derem o mandato negociador (fast track) ao novo presidente, seja ele democrata ou republicano, o acordo estará pronto. Tanto o candidato Al Gore (democrata) quanto George W. Bush (republicano) garantem conseguir a aprovação do fast track ainda no início da administração. As eleições presidenciais nos Estados Unidos acontecem em novembro. "A CNI está preocupada. É preciso correr e completar a negociação no âmbito do Mercosul para que possamos manter nossa identidade e influenciar nos acordos da Alca. Mas os empresários não estão mobilizados", afirmou a coordenadora da CNI. A confederação criou, em 1996, uma Coalizão Empresarial para sugerir propostas a serem negociadas pelo governo brasileiro no âmbito da Alca. "O empresariado ficou de fora das negociações do Mercosul, mas não pode perder a oportunidade de participação do processo de criação da Alca", disse. *(O Estado de São Paulo, 24/08/2000)*

Setor de máquinas perde com o Acordo do Mercosul

As indústrias brasileiras que exportam máquinas rodoviárias para a Argentina sentiram-se muito prejudicadas com as normas do acordo automotivo recentemente assinado. As máquinas terão de pagar imposto de importação para serem admitidas naquele país e, a partir de 1.º de janeiro de 2001, fica proibido o "drawback" interno no Mercosul. Isso significa que as empresas terão de pagar imposto de importação sobre os insumos utilizados na fabricação das máquinas exportadas para o principal parceiro comercial do Brasil no bloco.

O acordo prevê que, se no final deste ano o Brasil tiver exportado mais que a Argentina, deve incidir sobre as máquinas rodoviárias imposto de 9,8%, equivalente a 70% da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

Em 1999, foram produzidas 5,4 mil máquinas rodoviárias, sendo que 2,3 mil foram exportadas (US\$ 750 milhões).

O setor tem cerca de 20 empresas. As maiores são Caterpillar, Case, Volvo, Fiat-Allis, Komatsu, Random, Liebherr e Siber. Essas empresas fabricam motoniveladoras, tratores de esteira, pás- carregadeiras, escavadeiras, compactadores, motos-escreiteres e retroescavadeiras.

Outro setor industrial que também sentiu-se prejudicado com o acordo automotivo foi o de carrocerias de ônibus. O diretor-geral da Marcopolo, Carlos Zignani, revela que a empresa estuda a utilização da fábrica de Rio Cuarto, província de Córdoba, para a montagem de ônibus rodoviários. Nessa unidade, a Marcopolo produz ônibus urbanos e micro-ônibus. Dessa maneira, seria possível evitar o aumento dos preços decorrente da cobrança do imposto de importação provocado pelo acordo automotivo. São cerca de 200 empregados produzindo 40 unidades por mês. A capacidade instalada permite fabricar 120 ônibus por mês. A Marcopolo exporta aproximadamente US\$ 20 milhões por ano para a Argentina.

Aproximadamente 40% do faturamento da Marcopolo é obtido com exportações. *(Valor Econômico, 21/08/2000)*

Nos céus

Wagner Canhedo ofereceu à Lan-Chile suas duas empresas internacionais: o Lloyd Aereo Boliviano e a Ecuatoriana de Aviación.

O presidente da Lan, José Luiz Cueto, descartou a possibilidade de comprá-las depois de contatos com os governos dos dois países, sócios em 50% das linhas aéreas.

A negociação transcorreu em sigilo e Canhedo corre contra o tempo: no Equador já existe uma intervenção branca por parte da Força Aérea local, e na Bolívia o comandante Rolim, amigo pessoal do presidente, Hugo Banzer, já lançou a TAM Bolívia para aproveitar a permanente crise do Lloyd Aereo . (Jornal do Brasil, 21.08.00)

Petrobrás busca espaço no mercado argentino

A Petrobras tem planos ambiciosos para sua entrada no mercado de distribuição na Argentina, onde a estatal brasileira comprou a rede Eg3 da Repsol YPF.

Em entrevista ao **Valor**, o chefe da Unidade de Novos Negócios da Petrobrás, Alberto Guimarães, disse que a empresa fará o que for necessário para se tornar um grande competidor naquele país.

“A Petrobras não tem perfil para ser o quarto lugar em nenhum mercado”, comentou o diretor. “Não entramos na Argentina para ter 12% do mercado. Queremos que os argentinos entendam que mais uma grande companhia entrou naquele país”, avisa Guimarães.

Para tanto, ele informa que poderão ser comprados novos postos ou construídos mais 30 cujos ativos (terrenos ou contratos de compra de combustíveis) já estão incluídos no acordo de troca de ativos fechado com a Repsol.

O investimento previsto na rede de postos Eg3 no próximo ano é de US\$ 6 milhões, mas Guimarães explicou que esse valor se refere apenas aos projetos que já estavam em andamento quando o acordo foi firmado.

Ele permitirá aumentar para cerca de 770 o número de postos que a Petrobras passará a operar na Argentina, quando assumir a Eg3.

A estatal também pretende lançar ali uma rede de lojas de conveniências no estilo da “BR Mania”, mas esses planos serão definidos apenas no planejamento estratégico, que será feito depois que o acordo for sacramentado, provavelmente em dezembro.

Pelo acordo, a Repsol YPF também vai ficar com 10% do projeto para desenvolvimento da produção de petróleo e gás no campo de Albacora Leste e eventualmente outros 5% poderão ser negociados, mas Guimarães frisou que esse percentual deverá ser alvo de conversas também com outros parceiros.

“Como a Repsol tem interesse em aumentar a participação nesse campo, ela resgatou esse ativo da lista inicial de projetos”, disse Guimarães, acrescentando que se essa segunda etapa de conversas para troca de ativos avançar, a participação em Albacora Leste deve ser usada para fortalecer a presença da Petrobrás na Argentina. (Valor Econômico, 22.08.00)

Cierran dos plantas de autopartes

Si bien el gobierno argentino no mostró en ningún momento voluntad de modificar el sistema de medición del contenido local de autopartes, le será más difícil pensar en ceder tras los anuncios de cierre de dos fábricas autopartistas bonaerenses.

Una es THA, que fabricaba transmisiones homosimétricas, empleaba a 140 operarios y decidió dejar de operar. La otra empresa es Ciford, que producía volantes, empleaba a 40 obreros y también bajó la persiana. Del otro lado de la frontera, la autopartista norteamericana Delphi inauguró esta semana, en Brasil, dos plantas, en Jaguariuna y en Jambeiro, en el Estado de San Pablo. (La Nación, 23-08).

[regressar](#)



Bolivia pedirá mayores preferencias arancelarias en el Mercosur

Bolivia pedirá ampliar las preferencias arancelarias de sus socios del Mercosur para sus exportaciones de textiles, medicamentos y alimentos, en la reunión de la Comisión Administradora del bloque regional que se celebrará en Montevideo la próxima semana, informaron hoy las autoridades.

El viceministro de Exportaciones, Adhemar Guzmán, señaló a EFE que Bolivia espera un "mejor trato" en las negociaciones de Montevideo, pues hasta ahora el mercado regional no tuvo en este país el impacto que esperan sus empresarios.

Bolivia firmó, en 1996, con los integrantes del Mercado Común del Sur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) un acuerdo de complementación económica para establecer una sociedad comercial, tal como lo tiene Chile.

Entre las principales demandas que presentará la delegación boliviana en la reunión de Montevideo, figura el pedido para que Argentina amplíe el cupo anual de importación de 20 mil camisas con arancel preferencial a 2 millones de unidades.

La delegación boliviana pedirá también que Brasil formalice un acuerdo verbal para evitar medidas para-arancelarias que ocasionalmente perjudican las ventas de textiles bolivianos en el mercado del coloso sudamericano, como ocurrió en julio pasado.

La delegación planteará también la prórroga hasta el 2003 de la norma del Mercosur que fija en 40 por ciento el porcentaje de materia boliviana en los productos que fabrica y desea exportar a sus socios del bloque, que este año debió elevarse al 60 por ciento. Bolivia también aspira a poder exportar al Uruguay flores durante todo el año y no sólo en verano como ocurre actualmente y pretende que Brasil libere los aranceles para la ulexita, mineral que reporta actualmente unos 3 millones de dólares.

En 1999, las exportaciones de Bolivia al bloque alcanzaron 165 millones de dólares, en tanto las importaciones significaron 403 millones de dólares, con un saldo comercial negativo de 238 millones de dólares. Según el IBCE, en 1999, los países del Mercosur declararon a la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) haber exportado a Bolivia 759 millones de dólares, cifra que -precisa el instituto boliviano- revela un contrabando por casi 356 millones de dólares. (*El País*, 23.08.00)

A Projeção da Cúpula Sul-Americana e sua relação com a ALCA

Segundo editorial da Gazeta Mercantil de 18 de agosto passado a visita que a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, realiza a cinco países sul-americanos foi em grande parte motivada pela realização da reunião em Brasília, convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de 12 presidentes de países da América do Sul "com o propósito específico de tratar da integração regional, tema que não pode ser desligado das gestões para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a partir de 2005. "

Segundo a Gazeta Mercantil, expressão do pensamento de importante setor econômico e financeiro brasileiro, os países do subcontinente sul-americano têm fortes laços históricos e culturais, são todos países em desenvolvimento e adotam o regime democrático-representativo, embora este tenha ainda raízes tenras e não esteja livre de ameaças. Contudo, sob o ponto de vista da cooperação econômica, eles se vêem diante do grande empecilho que é a deficiência de uma integração física entre seus mercados.

Mesmo os blocos econômicos em operação, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN), ressentem-se de uma infra-estrutura para uma inter-relação mais intensa.

Certamente, esse será um dos temas centrais do encontro de Brasília. Poucos projetos comuns foram levados a cabo pelos países da região, e agora há urgência em realizá-los,

principalmente aqueles que permitam comunicação efetiva entre a costa do Atlântico e a do Pacífico, bem como o da rede fluvial amazônica.

O protecionismo também é item da reunião presidencial de cúpula. Como deixou claro o chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, na conversação com Albright, o Brasil e os demais países sul-americanos querem saber que vantagens obteriam em abrir mais seus mercados, sem uma contrapartida dos Estados Unidos no que diz respeito a barreiras à importação de produtos agrícolas, tais como cotas e sobretaxas, e a produtos industriais como o aço.

Tais questões ganham ainda especial relevância porque caberá ao próximo presidente dos EUA, a ser escolhido em novembro, encaminhar as negociações para a formação da Alca, devendo seu mandato ir de janeiro de 2001 a janeiro de 2006. O candidato republicano, George W. Bush, incluiu entre as prioridades de sua política externa uma aproximação maior com a América Latina. Em seu entender, o fortalecimento das relações comerciais concorreria poderosamente para reduzir o risco autoritário no continente e em todo o mundo.

Seu adversário democrata, o atual vice-presidente Albert Gore, também pretende intensificar o intercâmbio com os países do hemisfério. Não se pode dizer que o fato de constar de sua plataforma o condicionamento de empréstimos por instituições internacionais à adoção de padrões ambientais, sociais e de direitos humanos colida com as posições defendidas pelos governos do Brasil e de outros países latino-americanos. O que não se pode confundir é a defesa desses valores universais com iniciativas protecionistas, que, em vez de melhoria dos padrões de vida, promovem somente a pobreza.

Vê-se que o início do século XXI, que seria o século da América Latina, no dizer do presidente recém-eleito do México, Vicente Fox, será crucial para a definição de uma política de integração em termos abrangentes. A cooperação econômica é um objetivo a perseguir, mas tanto no relacionamento entre países como entre integrantes de uma comunidade ela não pode ser desligada de um esforço deliberado para a redução da distância entre ricos e pobres. (*Fonte: Gazeta Mercantil, 18/08/2000*)

Opinião - (editorial da Gazeta Mercantil)

Embraer: decisão insólita da OMC

Continuamos plenamente convencidos de que o governo do Canadá não tinha razão em sua reclamação à Organização Mundial de Comércio (OMC) contra 'concorrência desleal' que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) estaria fazendo à Bombardier, uma empresa daquele país. Um dos defeitos, talvez inevitáveis, dos sistemas de concessão de incentivos fiscais e creditícios às exportações no Brasil é que, por força de nossa legislação, eles têm de ser transparentes. Não é possível aqui fazer uso de verbas secretas e subsídios disfarçados, como em outros países, entre os quais o Canadá.

Nesta altura, contudo, tendo a OMC deliberado autorizar o governo de Ottawa a impor uma represália absurda, não inferior a US\$ 1,4 bilhão, contra exportações brasileiras, não há outra opção senão acatá-la. O Brasil tem sempre se manifestado pelo fortalecimento dos organismos internacionais, quer na esfera político-diplomática, quer na econômica. E ainda nutrimos a crença de que o fortalecimento da OMC, por meio do cumprimento de suas resoluções, atende aos interesses do comércio mundial.

O que não quer dizer, de forma alguma, que aquela Organização esteja acima de críticas. Ela tende a atuar mais que em benefício dos países industrializados, dando seu endosso às tenazes resistências que estes sempre se opõem a iniciativas dos países menos desenvolvidos em mercados que julgam que lhes deveriam pertencer, como os de produtos de alta tecnologia.

Note-se que o Brasil foi condenado a arcar com a maior retaliação na história do sistema multilateral de comércio por ter, supostamente, prejudicado uma única empresa do Canadá. Nada faz a OMC em relação a medidas protecionistas tomadas por países desenvolvidos, escudados em poderosos blocos, contra as exportações de produtos agrícolas de mais de 70 países, entre os quais alguns dos mais pobres do mundo.

A OMC adota também a curiosa atitude ao considerar como assuntos internos desses países as cotas, sobretaxas e direitos ditos compensatórios contra importações industriais, provenientes de países em desenvolvimento.

Não é à toa que a Rodada do Milênio, que deveria ter começado no ano passado, está hoje atolada. Um dos temas desse novo ciclo de negociações deveria ser justamente um comércio mais livre e aberto de produtos de origem agropecuária. Não há interesse dos países desenvolvidos em que a OMC avance nessa discussão e não foram os frenéticos protestos de Seattle que abortaram a nova Rodada. No máximo, aquelas manifestações serviriam de pretexto político para deixar tudo como está no dilacerado mercado de "commodities" agrícolas.

A decisão contra o Brasil, no caso da Embraer, visa também preservar o status quo. O Brasil passa a servir de modelo para o tipo de punições que a OMC pode vir a impor a países em desenvolvimento que têm tido a temeridade de competir com a indústria de ponta dos países mais ricos. E, não só competir, mas ganhar em toda a linha, como a Embraer fez com a Bombardier.

Manda a sensatez que o Brasil negocie agora com o Canadá. Existe a opção de que, em vez de gravames às exportações brasileiras, que muitas vezes se processam via EUA, Brasília faça concessões a produtos canadenses, entre os quais são citados, ironicamente, alguns fabricados pela Bombardier. Nos dois casos, o País é prejudicado. Mas poderia sê-lo menos no caso de importações de produtos de procedência canadense, desde que não houvessem danos para a indústria aqui instalada. É preciso prestar atenção a essas negociações e não vemos por que o governo deva agora adotar uma posição condescendente em relação ao Canadá.

Não nos iludamos: o Brasil terá de enfrentar resistências cada vez maiores à medida que sua indústria evolui, como irá evoluir, e não devemos esmorecer. A reação da Embraer a esse triste episódio é animadora. O sistema de incentivos através do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) vai ser modificado para evitar reclamações como as feitas pelo Canadá,

mas a empresa permanece na firme disposição de disputar encomendas no mercado externo, e vai certamente encontrar formas de manter a competitividade. (*Gazeta Mercantil*, 23.08.00)
[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

World Social	O evento será na cidade de porto Alegre e terá início no dia 25 de janeiro de 2001, à noite com um ato de abertura. De <u>26 a 29 de janeiro</u> , haverá 01 conferência pela manhã, e duas mesas de debate na parte da tarde. <u>Encerramento: dia 30 de janeiro</u>
Fórum	Social Mundial

Acompanhe pela home page e contate-se com o Comitê Organizador
<http://www.forumsocialmundial.org.br/portugues/forum/C0722.htm>

Escola sindical prepara seminário prévio ao Fórum em setembro

A Escola Sindical da CUT (Central Única dos Trabalhadores) está organizando um ciclo de debates intitulado "Globalização: impacto no mundo do trabalho e alternativas". Os debates acontecerão nos dias 20, 21 e 22 de setembro, na PUCSP, e servirão de preparação e convocação ao FSM.

Milton Santos, geógrafo e professor da USP, e Bernard Cassen, diretor do jornal francês Le Monde Diplomatique e presidente da Attac da França (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) foram convidados para as palestras. Cassen já confirmou presença.

Além deles, a lista de convidados ao evento conta com personalidades e sindicalistas da América Latina, EUA, Alemanha e Itália. O evento será aberto ao público. Quem tiver interesse deve se inscrever pelo telefone (11) 5084.2131.

Na parte da manhã haverá palestras; a tarde será destinada a oficinas para aprofundar os temas debatidos, que serão:

- 20/9** - Globalização, desenvolvimento e exclusão.
- 21/9** - Estado, regulação do capital e do trabalho.
- 22/9** - Cidadania: novas práticas sociais e sindicais.

Apoio
**FRIEDRICH
 EBERT
 STIFTUNG**

Edição

 Consultoria Econômica e Social Integrada

Leia notícias diárias no www.sindicatomecosul.com.br

